

# Prioridades, conquistas e desafios na gestão de uma comissão da Associação Brasileira de Saúde Coletiva

*Priorities, achievements, and challenges in the management of a committee of the Brazilian Association of Collective Health*

Martinho Braga Batista e Silva<sup>1</sup>

DOI: 10.1590/0103-11042019S717

**RESUMO** Dando continuidade a iniciativas para tornar a Comissão de Ciências Sociais e Humanas em Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) mais inclusiva e plural, como o ciclo de simpósios na gestão 2014-2016, a experiência de gestão nessa Comissão no período de 2017-2019 é apresentada com o objetivo de destacar suas prioridades, conquistas e desafios. Uma análise documental de planos diretores e registros de atividades promovidas pela Comissão em eventos científicos foi conduzida, resultando na divisão do texto em três partes: uma análise comparativa de seu Plano Diretor atual; uma lista das atividades promovidas pela Comissão em eventos científicos; uma discussão sobre a avaliação da produção científica. A renovação dos representantes de instituições que integram a Comissão resultou no aumento do número de integrantes, bem como da diversidade regional, tornando-a a única das comissões da Abrasco com representação institucional em todas as regiões do País. Essa expansão se deu em meio a um contexto singular na política científica nacional, já que os critérios de avaliação da produção científica vigentes, predominantemente quantitativos, estavam sendo contestados.

**PALAVRAS-CHAVE** Saúde coletiva. Política de pesquisa em saúde. Ciências humanas. Ciências sociais.

**ABSTRACT** *Continuing initiatives to make the Committee of Social and Human Sciences of the Brazilian Association of Collective Health (Abrasco) more inclusive and plural, such as the cycle of symposia during the administration 2014-2016, the management experience in this Committee during the period 2017-2019 will be presented with the purpose of highlighting its priorities, achievements, and challenges. A documental analysis of the master plans and records of activities promoted by this Committee at scientific events was conducted, resulting in the division of the text in three parts: a comparative analysis of its current Master Plan; a list of the activities promoted by this Committee at scientific events; a discussion on the evaluation of scientific production. The renewal of the institutions' representatives that are part of the Committee increased the number of memberships as well as a bigger regional diversity, which made this Committee the only of the three committees in the Association with institutional representation in all regions of the country. This expansion occurred in the middle of a very singular context in the national scientific policy, since the prevailing evaluation criteria of scientific production, usually quantitative, were being questioned.*

**KEYWORDS** *Public health. Health research policy. Humanities. Social sciences.*

<sup>1</sup>Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – Rio de Janeiro (RJ), Brasil. [silmartinho@gmail.com](mailto:silmartinho@gmail.com)



## Introdução

Em janeiro de 2019, a composição da Comissão de Ciências Sociais e Humanas em Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) incluía 54 representantes de 29 instituições de graduação e pós-graduação no Brasil, sediadas em 10 estados da federação e distribuídas em 5 regiões. Mais da metade dessas instituições concentrava-se na região Sudeste na data mencionada, do mesmo modo que na composição das outras duas Comissões que fazem parte dessa Associação: Epidemiologia; e Política, Planejamento e Gestão. Diferentemente dessas duas Comissões, com representação institucional em quatro regiões do País, a de Ciências Sociais e Humanas em Saúde (CSHS) tornou-se a única dessa relevante associação de saúde brasileira a reunir representantes de instituições de todas as regiões brasileiras durante a última gestão, entre os anos 2017-2019. Esse arranjo institucional expressa a necessidade de alterar um quadro de inequidades vigente nas pós-graduações em saúde coletiva no País:

Se, na década de 1970, havia menos de 10 programas de pós-graduação (PPG), em 2013 se contabilizavam 75, [...]. Contudo, os programas refletem forte concentração regional, sendo 51% deles sediados no Sudeste e apenas 2% no Norte<sup>1(2138)</sup>.

Além dessa conquista, um desafio para a Comissão de Humanas é a promoção das atividades presenciais, afetadas pelas restrições conjunturais de financiamento. Essa restrição afetou o conjunto de 3 comissões, 2 comitês, 3 fóruns e 21 grupos temáticos da Abrasco, uma entidade criada em 1979 e que, como o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde – Cebes (criado em 1976), participou “dos eventos políticos que resultaram na formulação do projeto da Reforma Sanitária Brasileira e na redação do capítulo sobre saúde da Constituição de 1988”<sup>2(114)</sup>, embora tenha desempenhado “um papel de reunião e articulação dos programas de pós-graduação”<sup>2(114)</sup> em seus primeiros anos.

Com o objetivo de apresentar essas e outras conquistas e desafios – bem como prioridades, apontadas mais adiante – na gestão da Comissão de Humanas no triênio 2017-2019, contaremos – no duplo sentido do termo, narrar e quantificar – atividades desenvolvidas em eventos científicos ao longo do período. Diferentemente de Ianni et al.<sup>3</sup>, não entrevistamos coordenadores da Comissão de Humanas para investigar a institucionalização das ciências sociais em saúde na Abrasco, pois pretendemos nos concentrar nas intervenções públicas promovidas pela referida Comissão. Além disso, nosso ensaio, contendo relatos de ações conduzidas em eventos científicos, também não se confunde com a análise documental de congressos da área de CSHS conduzida por Trad<sup>4</sup>, pois não se debruça sobre a produção científica deles. Relatos de experiência apontam caminhos por meio dos quais a descrição das atividades promovidas em congressos pode relevar características da área de saúde, muito embora não tenhamos a pretensão, como Capucci et al.<sup>5</sup>, de conduzir uma avaliação de tais eventos. Finalmente, esses e outros estudos sobre o campo das CSHS colaboraram em muito para a elaboração deste ensaio sobre a gestão da Comissão de Humanas, como veremos a seguir.

## Procedimentos metodológicos

Iniciaremos a apresentação deste ensaio contendo relatos sobre a gestão da Comissão de Humanas no triênio 2017-2019 pelos seus três planos diretores (1997; 2014-2016; 2017-2019), com o intuito de indicar as peculiaridades do documento vigente, entre elas, os três eixos de atuação prioritários. Em seguida, outros documentos disponíveis no *site* da Abrasco contribuirão para a elaboração de um quadro contendo informações sobre as atividades desenvolvidas pela Comissão de Humanas em eventos científicos, tais como ano, região, expositores e eixos de atuação. Ao final, uma das três

prioridades da referida Comissão será objeto de discussão, as CSHS na avaliação da produção científica, destacando as propostas de critérios que surgiram ao longo dos debates nas mencionadas atividades, entre eles, o impacto social do conhecimento científico. Ou seja, abordaremos primeiro as prioridades da Comissão, depois suas conquistas e, ao final, um de seus desafios.

Encontra-se disponível no *site* da Abrasco um conjunto de documentos intitulado “biblioteca da Comissão de Ciências Sociais e Humanas”<sup>6</sup>, relativo aos registros de atividades desenvolvidas pela Comissão de Humanas nos últimos anos, bem como ao resultado de projetos desenvolvidos no interior dela, de maneira que esse acervo documental e audiovisual será nossa principal fonte de dados. Embora registros de reuniões da Comissão de Humanas (virtuais, presenciais, mistas e locais) encontrem-se disponíveis no *site* dela<sup>7</sup>, nos deteremos principalmente nos registros de suas intervenções públicas, ou seja, nos simpósios, sessões especiais, rodas de conversa e mesas-redondas ocorridas em eventos científicos entre os anos de 2017 e 2018, bem como em um seminário nacional organizado por integrantes da Comissão, do mesmo modo que em seus planos diretores, reunindo um total de sete documentos.

Nesses espaços acadêmicos de discussão, tivemos a oportunidade de notar que as apresentações dos expositores eram tão relevantes quanto os debates subsequentes com os participantes, confirmando assim a potencialidade dos debates no campo da saúde coletiva:

Há ainda um importante aspecto referido à socialização das novas gerações de pesquisadores que gostaria de acrescentar: a ênfase na pontuação do que se publica faz com que sejam consideradas irrelevantes atividades cruciais para o desenvolvimento da crítica e da comunicação científica, a exemplo dos debates e centros de estudos [...] <sup>8(1724)</sup>.

As condições de possibilidade desses registros de atividades remetem às atribuições da Comissão de Humanas, no sentido da representação dos

interesses das instituições de ensino superior com graduações e pós-graduações em saúde coletiva que indicaram pesquisadores e professores para integrar essa instância, bem como à política científica de transparência adotada e valorizada por ela. O material reunido no *site* da Abrasco foi produzido pelos próprios integrantes do núcleo de coordenação da Comissão de Humanas, todos os documentos tendo circulado pelos participantes das intervenções públicas antes de serem disponibilizados na página dessa associação.

## Continuidades e descontinuidades entre Planos Diretores

Segundo Ianni et al.<sup>3(2299)</sup>,

é somente no ano de 1994 que, institucionalmente, a Abrasco estrutura a área de ciências sociais, por meio da Comissão de Ciências Sociais em Saúde e da iniciativa de organização do Congresso Brasileiro de Ciências Sociais em Saúde.

Apenas dois dos sete congressos brasileiros promovidos por essa comissão foram de ‘ciências sociais em saúde’, tendo eles acontecido na década de 1990, os cinco demais tendo sido de ‘ciências sociais e humanas em saúde’ e realizados no século XXI. No Plano Diretor do triênio 2017-2019, consta que a Comissão de Humanas tem-se tornado gradativamente mais inclusiva e plural ao longo dessas décadas, justamente por ultrapassar as fronteiras das Ciências Sociais<sup>9</sup>.

Um dos desafios apontados pelos dirigentes da Abrasco entrevistados pelas autoras citadas diz respeito à necessidade de “uma maior objetividade da Comissão de Ciências Sociais, estabelecendo um planejamento mais estruturado para a comissão sob a forma de um plano diretor”<sup>3(2305)</sup>, de maneira que ele se encontra superado, pois as últimas duas equipes de gestão da Comissão de Humanas – triênios 2014-2016 e 2017-2019 – operaram e operam com tal documento administrativo<sup>9,10</sup>.

No Plano Diretor do triênio 2017-2019, constam os três eixos de atuação dessa Comissão:

1 - No eixo Ensino: as CSHS na graduação em saúde coletiva; 2 - No eixo Pesquisa: as CSHS na avaliação da produção científica; 3 - No eixo Extensão: os espaços e os públicos das CSHS<sup>9(2)</sup>.

Um dos desafios apontados pelos entrevistados das mencionadas autoras aproxima-se em muito do último eixo de atuação da Comissão de Humanas listado acima, “dificuldade de falar para um público externo à comissão, no sentido de estabelecer um diálogo com a sociedade e com as demais áreas de conhecimento”<sup>3(2305)</sup>, já que consta na descrição do citado eixo no referido documento que as estratégias de atuação devem levar em conta

a desejável problematização da forma de conduzir discussões sobre as CSHS para além dos muros da academia, particularmente no que tange à linguagem eventualmente hermética e restrita da mesma<sup>9(7)</sup>.

O Plano Diretor do triênio 2014-2016 indicou quatro diretrizes para a área de CSHS: desenvolvimento político/acadêmico/institucional; incentivo à pesquisa; incentivo à produção e difusão; comunicação e divulgação. Dirigentes da Abrasco apontam alguns elementos operacionais que, segundo eles, poderiam fortalecer a Comissão de Humanas, como “a atuação mais proativa dos membros na organização dos congressos”<sup>3(2304)</sup>. Essa centralização das atividades da Comissão de Humanas nos congressos foi problematizada no citado documento: “indica-se a seguir uma agenda de eventos a se cumprir, fugindo do foco único na organização do Congresso da sub-área de CSHS”<sup>10(3)</sup>, agenda esta formada por um ciclo de quatro simpósios sobre os seguintes temas: Ensino das Ciências Sociais na graduação e pós-graduação em Saúde Coletiva; Pesquisa, Produção e Ética; Desenvolvimento Político-Institucional; Extensão.

Além disso, um documento intitulado “I Plano Diretor”, datado de 1997, também foi localizado, resultado da revisão da primeira versão<sup>11(2)</sup>. Não há diretrizes nesse documento, como no Plano Diretor do triênio 2014-2016, nem eixos de atuação, como no do triênio 2017-2019, mas problemas, estratégias e recomendações distribuídos em quatro tópicos: Ensino das ciências sociais e saúde: problemas gerais; Ensino nos diferentes níveis (graduação e pós-graduação); Pesquisa; Prestação de Serviços. Os principais problemas apontados nesse documento pioneiro estão distantes do que os coordenadores da Comissão de Humanas entrevistados por Ianni et al.<sup>3(2305)</sup> chamam “superficialidade no uso dos referenciais teóricos das Ciências Sociais e a vulgarização das análises ditas qualitativas”, apontando para uma via de mão dupla na formação:

2.3. Estimular que os docentes dedicados às ciências sociais em saúde busquem formação na área de ciências sociais; 2.4 Estimular que os docentes com formação em ciências [sociais], dedicados às ciências sociais em saúde, busquem formação em saúde pública<sup>11(4)</sup>.

Existem temas que perpassam todos os planos diretores elaborados ao longo das últimas décadas, como o ensino das ciências sociais nos cursos da área da saúde, este merecendo dois dos quatro tópicos do Plano Diretor de 1997. Entretanto, há temas que só aparecem nos dois últimos planos diretores, como extensão. Apenas um dos planos diretores aborda explicitamente o desenvolvimento político-institucional, apontando três estratégias principais:

Estímulo à realização de eventos (seminários, colóquios e outros) regionais nos interstícios entre sucessivos Congressos Nacionais de CSHSC; Solicitação aos vários órgãos de representação, em especial a Abrasco e o Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, de inclusão de temas relativos à área em suas agendas de atuação; Promover

a realização descentralizada da exposição itinerante do produto gráfico e áudio visual do Projeto Memória da Linha do tempo – 30 anos da Comissão de Ciências Sociais e Humanas em Saúde da Abrasco<sup>10(4)</sup>.

Dessa maneira, o Plano Diretor do triênio 2014-2016 é duplamente precursor, no sentido de deslocar as atividades da Comissão de Humanas exclusivamente da organização dos congressos nacionais de CSHS e de consolidar o desenvolvimento político-institucional das CSHS como pauta. Veremos a seguir mais informações sobre esses eventos intersticiais

entre os congressos nacionais.

## Atividades desenvolvidas em eventos científicos

A Comissão de Humanas, prosseguindo com a agenda de eventos recomendada no Plano Diretor do triênio 2014-2016 e materializando os eixos de atuação definidos no de 2017-2019, não só realizou um conjunto de simpósios como também outras atividades acadêmicas em eventos científicos durante a gestão do triênio 2017-2019.

Quadro 1. Atividades desenvolvidas pela Comissão de Humanas da Abrasco em eventos científicos no triênio 2017-2019

Ano	Região	Evento Científico	Atividade(s)	Expositores	Eixos de atuação
2017	Nordeste	3º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde	Simpósio Dimensão Político-Institucional das CSHS (mesas redondas: A pluralidade das relações político-institucionais no ensino, pesquisa e extensão: a ação das CSHS; Relações político-institucionais, avaliação ética e produtividade acadêmica nas CSHS)	Maria Helena Mendonça (Ensp-Fiocruz), Eymard Vasconcelos (UFPB), Maria Lúcia Bosi (UFC) e Carlos Guilherme do Valle (UFRN)	As CSHS na avaliação da produção científica
2017	Sul	X Congresso Brasileiro de Epidemiologia	Sessão Especial A Graduação em Saúde Coletiva e suas Diretrizes Curriculares: quais as próximas construções possíveis?	José Jocilson Silva (UnB), Antonio José Costa (UFRJ), Alcides Miranda (UFRGS) e Marcelo Castellanos (UFBA)	As CSHS na graduação em saúde coletiva
2017	Nordeste	Seminário Nacional 'O SUS diante das violências: vivências, resistências e propostas'	Toda a programação	Leny Trad (UFBA), Roseni Pinheiro (Uerj), Eymard Vasconcelos (UFPB) e Suely Deslandes (IFF-Fiocruz)	Os espaços e os públicos das CSHS
2018	Sudeste	12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva	Simpósio Formas de conhecer e agir nas CSHS (mesas redondas: Espaço(s) (e) Público(s) das CSHS; Ética e(m) Pesquisa: critérios de avaliação da produção científica em debate)	Mônica Nunes (UFBA), Raquel Rigotto (UFC), Iara Guerriero (Conep) e Nilson Costa (Ensp-Fiocruz)	Os espaços e os públicos das CSHS As CSHS na avaliação da produção científica
2018	Sul	VIII Congresso Iberoamericano de Pesquisa Qualitativa em Saúde	Roda de conversa Produção e divulgação do conhecimento em CSHS	Leny Trad (UFBA) e Maiko Spiess (Universidade Regional de Blumenau)	As CSHS na avaliação da produção científica
2018	Centro-Oeste	31ª Reunião Brasileira de Antropologia	Mesa redonda Antropologia e Saúde Coletiva: convergências, impasses e possibilidades	Daniela Knauth (UFRGS), Luiza Garnelo (Fiocruz Amazonas) e Inara Nascimento (UFRR)	As CSHS na graduação em saúde coletiva

Fonte: Elaboração própria.

O ciclo de simpósios, previsto no Plano Diretor do triênio 2014-2016, concluiu três dos quatro eventos planejados no período: I Simpósio Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde – o ensino em foco, no IX Congresso Brasileiro de Epidemiologia, em Vitória (ES), 2014; II Simpósio de CSHS – A extensão e as Ciências Sociais e Humanas: práxis científica, social e política na Saúde Coletiva, no XI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, em Goiânia-GO, 2015; Simpósio preparatório para o VII Congresso Brasileiro de CSHS, sobre pesquisa, na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz), no Rio de Janeiro-RJ, 2016<sup>7</sup>. O quarto e último simpósio do ciclo aconteceu em 2017, encabeçando o quadro acima, no qual se nota que seis atividades acadêmicas foram promovidas pela Comissão de Humanas entre 2017-2018, também nos congressos de epidemiologia e saúde coletiva como no triênio 2014-2016, incluindo agora o de política, planejamento e gestão.

Além disso, uma mesa-redonda e uma roda de conversa foram promovidas em eventos científicos de áreas distintas da saúde coletiva; respectivamente, antropologia e pesquisa qualitativa, neste último caso, um congresso internacional. Enquanto o ciclo de simpósios do triênio 2014-2016 concentrara-se nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, as seis atividades acadêmicas promovidas pela Comissão de Humanas em 2017-2018 ocorreram também no Nordeste e no Sul. Nesse sentido, a gestão atual da Comissão de Humanas acompanha e amplia diretrizes já apontadas na gestão anterior sobre desenvolvimento político-institucional, a variedade temática e heterogeneidade espacial das atividades expressando “indicadores de ampliação do grau de institucionalização e capilaridade regional da área”<sup>4(2378)</sup>.

No seminário organizado pela Comissão de Humanas, uma carta sobre o tema da violência foi elaborada e dirigida à população brasileira<sup>12</sup>, na tentativa de superar as mencionadas dificuldades de falar para um público externo à comunidade científica e abordar o eixo de

atuação sobre os espaços e os públicos das CSHS. Foram planejados 11 seminários preparatórios para o XII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, 7 deles tendo sido realizados, o referido seminário tendo sido um deles, sendo que foi aquele com o maior número de participantes – 230 – e um dos primeiros a acontecer.

A presença de moradores e ativistas entre os participantes desse seminário indica que outros públicos, que não os exclusivamente científicos, foram alcançados pela Comissão de Humanas, do mesmo modo que algumas propostas apresentadas na mencionada carta, entre elas:

Valorizar, estimular e divulgar iniciativas de atenção à saúde das pessoas privadas de liberdade que partem da própria sociedade civil organizada, como o grupo [...] e outros formados por egressos do sistema penitenciário, seus amigos e familiares<sup>12</sup>.

Uma das duas mesas-redondas em um dos dois simpósios durante eventos de saúde coletiva também abordou esse eixo de atuação relativo à extensão. O eixo referente ao ensino também foi abordado em dois eventos científicos, um deles fora da área de saúde coletiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) tendo se tornado uma oportunidade para debater a Graduação em Saúde Coletiva (GSC) durante uma sessão especial:

Os 3 núcleos de conhecimentos e práticas também indicam esse potencial de intervenção sobre caminhando junto com a interpretação dos fenômenos sanitários: gestão, atenção e educação em saúde<sup>13(2)</sup>.

Fruto do diálogo do núcleo de coordenação da Comissão de Humanas com os coordenadores de um dos dois Fóruns da Abrasco, o de GSC, esses debates durante eventos científicos foram pautados inclusive como uma maneira de destacar mudanças em curso nessa associação:

A criação dos cursos de graduação em Saúde Coletiva, com a conclusão das primeiras

turmas a partir de 2012, introduziu um novo componente no campo. Como produto dessa transformação, o próprio nome da associação nacional foi mudado e passou a ser Associação Brasileira de Saúde Coletiva. É mais um dado que fala a favor da consolidação do campo [...] <sup>2(230)</sup>.

Apesar dessa articulação entre atuação e análise nas DCN, o diálogo entre estudantes e professores releva que, em uma das 20 GSC existentes à época, o setor de CSHS encontrava-se “muito distanciado desse contexto dos serviços de saúde[...]” <sup>13(11)</sup>, de maneira que os professores dessa área dedicavam-se mais às “disciplinas teóricas” e menos ao “campo de práticas” <sup>13(13)</sup>, diferentemente daqueles da subárea epidemiologia e, principalmente, planejamento, política e gestão. Esses novos cursos demandam proximidade, já que em uma GSC,

há estudantes pertencentes a 9 povos indígenas [...] eles consideram relevante ocupar o espaço dos não-indígenas no mercado de trabalho, como nos próprios serviços de saúde criados para ofertar atendimento aos indígenas <sup>13(7)</sup>.

O eixo de atuação da Comissão de Humanas relativo à pesquisa foi o mais discutido nas atividades promovidas em eventos científicos, estando presente em três dos seis eventos, diferentemente dos demais eixos, em dois dos seis. Se por um lado essa frequência justifica um tópico separado para abordar as CSHS na avaliação da produção científica, por outro, mostra um desafio da gestão dessa Comissão no triênio 2017-2019: a falta de equidade na abordagem do tripé ensino-pesquisa-extensão em sua agenda de eventos.

Mais públicos e novos cursos se colocam no horizonte das CSHS nas atividades desenvolvidas pela Comissão de Humanas no triênio 2017-2019, cercada de conquistas no que diz respeito ao alcance daquilo que foi considerado prioritário no período, do mesmo modo como outros critérios de avaliação da

produção científica, outro de seus desafios, como veremos a seguir.

## As CSHS na avaliação da produção científica

Considerando o tipo ideal um quadro de pensamento, e não uma realidade histórica, uma tipologia da inserção de cientistas sociais no campo da saúde releva que eles detêm forte credencial com pouco conhecimento quando na GSC, o inverso acontecendo quando na pós-graduação em saúde coletiva, credencial sendo considerado o “quantum de capital técnico, cultural, simbólico e político” <sup>14(43)</sup> e conhecimento “produção de conceitos dentro de matrizes teóricas, bem como a produção de métodos e técnicas voltados para a pesquisa em saúde” <sup>14(43)</sup>. Com base nessa tipologia, os citados professores de CSHS voltados para as “disciplinas teóricas” mais do que para o “campo de práticas” nas 20 GSC exibiram mais “potencial de existência no campo de disputas” <sup>14(42)</sup> do que aqueles nas mais de 70 pós-graduações em saúde coletiva espalhadas pelo País, embora estes últimos possam mostrar maior “potência para explicar os fenômenos relativos à saúde” <sup>14(42)</sup>, ambos convivendo com o processo de metrificação da avaliação da produção científica e seus efeitos: produtivismo, papirocentrismo e mimetismo, ou a “transformação do artigo no principal produto da atividade científica” <sup>15(626)</sup>.

Os critérios de avaliação da produção científica instituídos pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) inquietam bastante os pesquisadores de CSHS, de tal maneira que as especificidades das CSHS na avaliação da produção científica no campo da saúde coletiva constam como eixo de atuação relativo à pesquisa no Plano Diretor do triênio 2017-2019, uma das recomendações presentes neste documento sendo justamente

[...] o debate acerca do produtivismo no campo da SC, insistindo no regime de qualificação

da área de ciência política, pois o mesmo não utiliza impacto bibliométrico [...]”<sup>9(6)</sup>.

Um dos pesquisadores que integraram o Comitê Assessor de Saúde Coletiva e Nutrição do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) considerou a avaliação da produção científica indispensável, e os indicadores bibliométricos quantitativos disponíveis para fazê-lo inadequados, frágeis e problemáticos, muito embora “beneficiando-se da ilusão de ‘objetividade’ conferida pela expressão em números”<sup>16(1708)</sup>.

Essa ‘numerologia supostamente científica’ parte do pressuposto que “citações não apenas indicam qualidade como o fazem de modo cardinal, ou seja, duas citações indicariam um artigo duas vezes melhor do que artigos com apenas uma citação”<sup>16(1708)</sup>, um de seus efeitos tendo sido a dita “*salami slicing* (prática de ‘fatiar’ um corpo de dados em peças menores para publicação em casos nos quais um artigo completo seria mais adequado)”<sup>1(2143)</sup>. Nesse cenário, contas tornam-se substitutos de leituras:

Soçobrando num mar de textos que nós mesmos incentivamos a crescer exponencialmente, que provavelmente contribui mais para a deterioração da relação sinal/ruído da comunicação científica do que para a inovação, invocamos o gigantismo por nós mesmos incentivado como limitação para que de fato se avalie qualidade – tentar ler o que está sendo publicado corresponde à proverbial expressão do inglês *drink from the firehose* (beber da mangueira de incêndio)<sup>16(1709)</sup>.

A alternativa apontada por Camargo Jr. é agregar “um pequeno conjunto de produtos (não necessariamente publicações) ligados ao projeto ou programa que possam ser examinados”<sup>16(1709)</sup>, proposta essa convergente com outras nas quais se pede ao pesquisador “que separe os cinco trabalhos mais importantes que produziu”<sup>16(1709)</sup>, uma revisão por pares – tipo de avaliação qualitativa e não quantitativa da produção científica<sup>15</sup> – com base na leitura de

textos selecionados pelo próprio avaliado. Eis um dos problemas colocados pela avaliação da produção científica: a transposição de critérios de avaliação de programas para os próprios pesquisadores.

Em um dos simpósios promovidos pela Comissão de Humanas, a expositora de uma das mesas-redondas apontou sete estratégias de resistência ao produtivismo: 1 – institucionalização do Web Qualis livros; 2 – criação recente do Grupo de Trabalho Ciências Humanas em Saúde (CHS) na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Ministério da Saúde (Conep); 3 – aprovação da Resolução nº 510/2016 da Conep, relativa aos estudos na área de ciências humanas; 4 – expansão das linhas de pesquisa em CHS na pós-graduação; 5 – articulação com campos *hard* em projetos multicêntricos; 6 – pressão por equidade nas instâncias decisórias – Capes e CA-CNPq; 7 – recursos nos periódicos da área de saúde coletiva, no sentido do aumento de revisores no enfoque CHS<sup>17</sup>.

Durante uma roda de conversa, a expositora e os participantes apresentaram outras cinco propostas de avaliação da produção científica que ilustram as especificidades das CSHS: I – autoavaliação, que não precisa ser baseada nos critérios da Capes, podendo envolver reflexão e levando em conta identidades e singularidades; II – promover simpósios abertos para as comunidades dos programas de pós-graduação em saúde coletiva, como os promovidos pelo Fórum de Pós-Graduação em Saúde Coletiva; III – nestes simpósios, precisamos conversar mais para responder do que se trata ‘qualidade’ e, assim, estabelecer um critério qualitativo de avaliação da produção científica; IV – destacar o impacto social da pesquisa no processo avaliativo; V – investigar a avaliabilidade da produção científica, com base nos estudos sobre avaliação de políticas públicas desenvolvido na área de saúde coletiva<sup>18</sup>.

Essas propostas e estratégias apresentadas em reuniões presenciais da Comissão de Humanas durante eventos científicos acrescentam mais critérios de avaliação da

produção científica do que a revisão por pares, como é o caso do impacto social da pesquisa. Recuperando as contribuições de outros autores que abordaram essa ênfase atribuída a índices como o fator de impacto das publicações, Lima chama a atenção para outros impactos relevantes no campo da saúde coletiva, como “impactos sobre políticas, planejamento de estratégias de intervenção e de programas de saúde, ou sobre a organização de serviços que muito extrapolam a mera quantificação de referências/citações bibliográficas”<sup>8(1724)</sup>, bem como a incorporação parcial deles no atual Plano Nacional de Pós-graduação (2010-2020), pois este

propõe a adequação da metodologia de avaliação a novas tendências, o que implica, entre outras alterações, agregar indicadores de produtividade tecnológica e social aos critérios predominantemente acadêmicos já existentes<sup>8(1725)</sup>.

Além disso, a autora lembra um dos efeitos do que chama “avaliação desmedida”<sup>8(1724)</sup>: a desvalorização da publicação em livros. Esses e outros efeitos apontam para a relevância da estratégia relativa à institucionalização do Web Qualis Livros.

A expressão em números como sinônimo de objetividade não é apenas objeto de crítica na literatura sobre critérios de avaliação da produção científica em saúde coletiva como também instrumento de crítica ao dito “padrão institucional de reconhecimento da produção intelectual moldado nas ciências naturais, especialmente da biomedicina”<sup>19(692)</sup>. Ao demonstrar que a forma de divulgação científica dos periódicos biomédicos é dominante no campo da saúde coletiva, Costa aborda a avaliação da produção intelectual nesse campo pela metodologia do Qualis Periódicos e obtém como resultado que “quanto menor o Qualis, maior é a proporção de periódicos das ciências sociais e humanas”<sup>19(687)</sup>. Além disso, constata que os dois únicos periódicos

nacionais de saúde coletiva que alcançam Qualis elevados – não chegando ao máximo – “têm adotado um viés favorável à produção científica da Epidemiologia”<sup>19(683)</sup>. A legitimidade da busca de critérios específicos de avaliação que sejam adequados às várias tradições intelectuais da ciência, abandonando a convivência insustentável como o modelo biomédico de reprodutibilidade do conhecimento, é defendida pelo autor com base em dados como os que se seguem:

[...] em 2009, entre os 925 periódicos de maior prestígio científico medido pelo Índice H, apenas 2% eram classificáveis como de saúde pública ou ciências sociais aplicadas. Nenhum era de ciências humanas (filosofia, sociologia, ciência política ou antropologia) [...]. A dura realidade é que, em 2009, o campo da Medicina concentrava 60% dos 925 periódicos de alto prestígio, seguindo pela Física, Química, Biologia e outras ciências naturais com 38%<sup>19(683)</sup>.

No mesmo sentido de tornar os números instrumento, e não só objeto de crítica, integrantes de comissões da avaliação na Capes apresentam outra proposta de alteração dos critérios de avaliação da produção científica:

considerar patamares máximos, e não só mínimos, para os indicadores de produção – considere-se que isso já é feito com relação ao número de orientandos que um docente pode ter no período de avaliação<sup>1(2143)</sup>.

A partir de uma amostra de mais de 700 pesquisadores em programas de pós-graduação em saúde coletiva, os autores demonstram “a existência de desigualdades no quantitativo da produção científica entre as subáreas que constituem a Saúde Coletiva, em especial com relação à subárea Epidemiologia, que se destaca frente às demais”<sup>1(2140)</sup>, recomendando uma política de redução de danos – aspeada no original – para diminuir tais desigualdades.

## Considerações finais

Embora 30 a 50 pessoas tenham participado da maior parte das atividades desenvolvidas pela Comissão de Humanas em eventos científicos, tal número chegando a mais de 200 apenas em uma delas, muitas vezes nem metade dos seus mais de 50 integrantes, entre titulares e suplentes, estiveram nelas. As conquistas narradas e quantificadas, portanto, conviveram com desafios, entre eles:

Sabemos todos que a Abrasco assumiu publicamente uma posição de oposição ao governo federal desde 2016, não só por conta das declarações do então Ministro da Saúde sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) – melhor dizendo, anti-SUS – como também pela própria postura das autoridades políticas que sustentaram e ainda sustentam tais declarações, basicamente desabonadoras de conquistas históricas de direitos sociais. Essa posição política da nossa Associação, com a qual também concordamos, entre outras razões pela sua coerência com princípios democráticos e participativos, teve como desdobramento um ônus: a falta de colaboração do Ministério da Saúde no fomento dos últimos eventos<sup>9(9)</sup>.

Somado à falta de equidade na abordagem do tripé ensino-pesquisa-extensão em sua agenda de eventos, o desfinanciamento foi outro desafio que se colocou no horizonte da Comissão de Humanas entre 2017-2018. Já as conquistas dizem respeito à continuidade e à expansão do desenvolvimento político-institucional, ocupando eventos científicos inclusive fora da saúde coletiva com suas atividades, promovendo não apenas simpósios como também rodas de conversa e seminários nacionais.

Além disso, a descentralização regional que já orientava a Comissão de Humanas desde a gestão do triênio 2014-2016 também foi acentuada, já que seu núcleo de coordenação em janeiro de 2019 era formado por um representante de cada uma das cinco regiões do País e seus integrantes representavam instituições

de ensino superior em todas essas regiões<sup>20</sup>, diferentemente das demais comissões da Abrasco<sup>21,22</sup>, muito embora uma delas represente um número maior de instituições – 36, e não apenas 29. As três comissões da Abrasco são representadas por agentes que circulam por espaços de relações científicos, políticos e burocráticos, comumente designado campo da saúde coletiva segundo uma autora que assim as temporaliza com base nos congressos promovidos por elas:

Enquanto a Epidemiologia vem realizando seus congressos desde 1990 – portanto, há 27 anos (dez edições) – e as Ciências Sociais em Saúde desde 1995 (sete edições), o subcampo de Política, Planejamento e Gestão apenas realizou três edições de seus congressos próprios a partir de 2010<sup>2(189)</sup>.

Nesse sentido, é importante destacar que, na década de 1990, a então Comissão de Ciências Sociais em Saúde era composta por seis integrantes – incluindo a coordenadora – representando seis instituições em duas regiões do País, Nordeste e Sudeste<sup>23</sup>. Esse assunto torna-se fundamental quando abordamos uma das prioridades da Comissão, a avaliação da produção científica no campo da saúde coletiva, atravessado por assimetrias e hierarquias regionais, sendo que algumas propostas apresentadas e discutidas nas atividades desenvolvidas pela Comissão de Humanas em eventos científicos promovidos durante a gestão 2017-2019 apontam outros critérios para avaliar, qualitativos, e não apenas quantitativos. Uma espécie de “dança identitária”<sup>3(2306)</sup> continua atravessando o dia a dia dos pesquisadores das CSHS:

Quando postas no campo da Saúde Coletiva, as Ciências Sociais são tidas como extremamente teóricas e interpretativas, trazendo consigo um tom de abstração típico das reflexões puramente teóricas, embora seja evidente o reconhecimento da importância dessas ‘abstrações’ para a constituição do campo da Saúde Coletiva no Brasil. Quando postas em

relação às ciências sociais 'tradicionais', as Ciências Sociais em Saúde são acusadas de empíricas, aplicadas, e, por isso mesmo, menos científicas<sup>3(2306)</sup>.

Assim, iniciativas que apontem prioridades, conquistas e desafios da Comissão de Humanas por meio dos registros dos debates públicos em eventos científicos podem se tornar um passo nessa dança, visibilizando as relações

político-institucionais entre CSHS, ciências sociais, ciências humanas e saúde coletiva, marcadas por pesquisas, avaliações e critérios qualitativos.

## Colaborador

Silva MBB (0000-0003-3577-958X)\* é responsável pela elaboração do manuscrito. ■

---

## Referências

- Iriart JAB, Deslandes SF, Martin D, et al. A avaliação da produção científica nas subáreas da Saúde Coletiva: limites do atual modelo e contribuições para o debate. *Cad. Saúde Pública* [internet]. 2015 [acesso em 2019 mar 4]; 31(10):2137-2147. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v31n10/0102-311X-csp-31-10-2137.pdf>.
- Vieira-da-Silva L. O campo da saúde coletiva: gênese, transformações e articulações com a reforma sanitária. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: Fiocruz; 2018.
- Ianni AMZ, Spadacio C, Barboza R, et al. As Ciências Sociais e Humanas em Saúde na ABRASCO: a construção de um pensamento social em saúde. *Cad. Saúde Pública* [internet]. 2014 [acesso em 2019 mar 4]; 30(11):2298-2308. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v30n11/0102-311X-csp-30-11-2298.pdf>.
- Trad LAB. Temas e enfoques contemporâneos nas Ciências Sociais e Humanas no Brasil: expressões e tendências refletidas no V congresso da área. *Cad. Saúde Pública* [internet]. 2012 [acesso em 2019 mar 5]; 28 (12):2373-2379. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-311X2012001400016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2012001400016).
- Capucci PF, Martins CL, Ianni AMZ, et al. Um olhar sobre o VI Congresso Paulista de Saúde Pública. *Saúde e Sociedade* [internet]. 1999 [acesso em 2019 fev 8]; 8(2):109-123. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n2/07.pdf>.
- Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Aberta a chamada para GTs ao 8º CBCSHS [internet]. [Rio de Janeiro] 2018. [acesso em 2019 jan 3]. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/eventos/congresso-brasileiro-de-ciencias-sociais-e-humanas-em-saude/aberta-chamada-para-gt-ao-8o-congresso-brasileiro-de-ciencias-sociais-e-humanas-em-saude/38119/>.

---

\*Orcid (Open Researcher and Contributor ID).

7. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Documentos [internet]. [Rio de Janeiro] 2018. [acesso em 2019 jan 3]. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/comissaodecienciassociaisemsaude/documentos/>.
8. Lima NT. Avaliação Desmedida. Cad. Saúde Pública [internet]. 2013 [acesso em 2019 mar 4]; 29 (9):1723-1725. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v29n9/a11v29n9.pdf>.
9. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Plano Diretor da Comissão de Ciências Sociais e Humanas em Saúde (2017-2019) [internet]. [Rio de Janeiro] 2017. [acesso em 2019 jan 3]. Disponível em: [https://www.abrasco.org.br/site/comissaodecienciassociaisemsaude/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/planodiretorCCSHS\\_trienio20172019.pdf](https://www.abrasco.org.br/site/comissaodecienciassociaisemsaude/wp-content/uploads/sites/5/2018/03/planodiretorCCSHS_trienio20172019.pdf).
10. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Plano Diretor para a área de Ciências Sociais e Humanas em Saúde – 2013-2016 [internet]. [Rio de Janeiro] 2013. [acesso em 2019 jan 3]. Disponível em: <http://www.abrasco.org.br/site/comissaodecienciassociaisemsaude/wp-content/uploads/sites/5/2014/04/Plano-de-trabalho-da-comiss%C3%A3o-Ci%C3%A2ncias-Sociais-2013-2016-FINAL.pdf>.
11. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. I Plano Diretor das Ciências Sociais em Saúde [internet]. [Rio de Janeiro] 1997. [acesso em 2019 jan 3]. Disponível em: <http://www.abrasco.org.br/site/comissaodecienciassociaisemsaude/wp-content/uploads/sites/5/2014/04/I-PLANO-DIRETOR-DAS-CI%C3%A2NCIAS-SOCIAIS-EM-SA%C3%A9DE.pdf>.
12. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Memória da Reunião Mista (virtual e presencial) da Comissão de Humanas da Abrasco 23 de março de 2018 [internet]. [Rio de Janeiro] 2018. [acesso em 2019 jan 3]. Disponível em: [https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2018/11/memoria\\_reuniaomista\\_marco2018\\_joaopessoa.pdf](https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2018/11/memoria_reuniaomista_marco2018_joaopessoa.pdf).
13. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Memória das atividades da CCSHS no X Congresso Brasileiro de Epidemiologia [internet]. [Rio de Janeiro] 2017. [acesso em 2019 jan 3]. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/comissaodecienciassociaisemsaude/wp-content/uploads/sites/5/2017/11/Mem%C3%B3ria-das-atividades-da-CCSHS-no-X-Congresso-Brasileiro-de-Epidemiologia.pdf>.
14. Barros N. As ciências sociais na educação médica. São Paulo: Hucitec; 2016.
15. Mattedi MA, Spiess MR. A avaliação da produtividade científica. História, Ciências, Saúde: Manguinhos. 2017 [acesso em 2018 set 13]; 24(3):623-643. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v24n3/0104-5970-hcsm-24-03-0623.pdf>.
16. Camargo Jr. KR. Produção científica: avaliação da qualidade ou ficção contábil?. Cad. Saúde Pública [internet]. 2013 [acesso em 2019 mar 4]; 29(9):1707-1711. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v29n9/a03v29n9.pdf>.
17. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Memória – Simpósio sobre a Dimensão Político-Institucional das Ciências Sociais e Humanas em Saúde [internet]. [Rio de Janeiro] 2017. [acesso em 2019 jan 3]. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/comissaodecienciassociaisemsaude/wp-content/uploads/sites/5/2017/11/Mem%C3%B3ria-%E2%80%93-Simp%C3%B3sio-sobre-a-Dimens%C3%A3o-Pol%C3%ADtico-Institucional-das-Ci%C3%A2ncias-Sociais-e-Humanas-em-Sa%C3%BAde.pdf>.
18. Associação Brasileira de Saúde Coletiva [internet]. Roda de conversa Produção e Divulgação do conhecimento em Ciências Sociais e Humanas em Saúde Congresso Iberoamericano de Pesquisa Qualitativa em Saúde 5 de setembro de 2018. [Rio de Janeiro] 2018. [acesso em 2019 jan 3]. Disponível em: [https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2018/11/roda\\_de\\_conversa\\_congresso\\_iberamericano.pdf](https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2018/11/roda_de_conversa_congresso_iberamericano.pdf).
19. Costa NR. A avaliação da produção intelectual e o declínio da interdisciplinaridade na Saúde Coletiva. Physis [internet]. 2012 [acesso em 2018 abr 20]; 22(2):681-699. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v22n2/15.pdf>.

20. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Composição [internet]. [Rio de Janeiro]. [acesso em 2019 jan 3]. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/comissaodecienciaisociasehumanasemsaude/composicao/>.
21. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Composição. [internet]. [Rio de Janeiro]. [acesso em 2019 jan 3]. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/comissaodeooliticaplanejamentoegestao/composicao/>.
22. Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Comissão de Epidemiologia. [internet]. [Rio de Janeiro] [acesso em 2019 jan 3]. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/comissaodeepidemiologia/>.
23. Canesqui A. Apresentação. In: Canesqui A, organizadora. Dilemas e desafios das Ciências Sociais na Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec; Abrasco; 1995. p. 11-18.

---

Recebido em 22/03/2019  
Aprovado em 31/10/2019  
Conflito de interesses: inexistente  
Suporte financeiro: não houve